

A Migração Brasileira sob a Perspectiva dos Direitos Humanos, Neurociência e Desenvolvimento Nacional

Carlos José Britto da Silva¹

Resumo: A saída de profissionais qualificados do Brasil não representa apenas uma perda econômica, mas um sintoma profundo de *neurodesigualdade estrutural* — contextos em que o ambiente social, jurídico e político inviabiliza o florescimento cognitivo. O país transforma-se em território de recusa simbólica, onde mentes são expulsas pela ausência de reconhecimento, estabilidade e propósito. Esse exílio cognitivo evidencia uma ruptura entre subjetividade e soberania, dando origem ao conceito de *neuroterritorialidade negativa* — espaços onde o direito de permanecer com dignidade mental é sistematicamente negado.

Palavras-chave: migração brasileira; direitos humanos; neurociência; neuroterritorialidade; soberania cognitiva.

Introdução

A migração, historicamente associada a fluxos econômicos, conflitos geopolíticos ou desequilíbrios demográficos, exige hoje uma leitura mais densa e multidimensional. No caso brasileiro, os deslocamentos internacionais recentes revelam camadas subjetivas e estruturais que não se encerram nas estatísticas. Quando mais de 4,5 milhões de cidadãos vivem fora do país (Ministério das Relações Exteriores, 2024), torna-se evidente que estamos diante de um

¹Advogado inscrito nas Ordens dos Advogados do Brasil, há 10 anos e de Portugal, 3 anos, com atuação internacional em direito migratório e assessoria jurídica para abertura de empresas, planejamento tributário e estratégias de imigração empresarial. É fundador da Britto Advocacia, consultor em mobilidade jurídica e pesquisador independente em neuroterritorialidade e proteção subjetiva.

fenômeno que combina ausência de perspectivas locais, perda de vínculos institucionais, sensação difusa de insegurança e falência de pactos sociais básicos.

Migrar, nesse contexto, não é apenas uma decisão racional ancorada em cálculos econômicos. É um gesto existencial, muitas vezes silencioso, de desapego forçado, reconfiguração identitária e reinvenção subjetiva. Trata-se de um processo que afeta, de forma visceral, a percepção de pertencimento, o enraizamento simbólico e as noções de futuro. Essa complexidade impõe ao direito, à política e à ciência o desafio de superar a leitura binária entre legalidade e ilegalidade, acolhimento e rejeição, cidadania e exclusão.

Este artigo parte do pressuposto de que a migração brasileira contemporânea é, sobretudo, um indicador agudo de neurodesigualdade estrutural: o país não tem sido capaz de garantir a seus cidadãos a segurança cognitiva, afetiva e institucional necessária para que possam permanecer. A migração, portanto, precisa ser analisada como um sintoma do enfraquecimento do vínculo cívico, da fragilização da confiança pública e da erosão da autoestima coletiva.

Ao recorrer à neurociência, abre-se uma janela teórica potente para compreender os impactos mentais e emocionais da migração, especialmente sobre sujeitos em condição de vulnerabilidade. Estudos de McEwen (2000) e Schore (2012) demonstram como o estresse crônico provocado pela incerteza, ruptura e descontinuidade relacional interfere negativamente no funcionamento do córtex pré-frontal, afetando a capacidade de julgamento, memória operacional e regulação emocional. Esses efeitos são ainda mais pronunciados em crianças e adolescentes, para quem o luto migratório, o medo da separação familiar e o sentimento de “não lugar” geram marcas duradouras, muitas vezes negligenciadas pelas políticas públicas e invisíveis para o aparato normativo tradicional.

Do ponto de vista jurídico, a migração tenciona dois princípios fundamentais da ordem internacional contemporânea: a soberania estatal e os direitos humanos. Enquanto os tratados internacionais — como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (art. 12) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 13) — consagram o direito de migrar, os

Estados mantêm suas prerrogativas de definir quem entra, permanece ou é expulso de seus territórios. É nesse campo de forças contraditório que os sujeitos migrantes se tornam vulneráveis a lacunas de proteção, arbitrariedades administrativas e exclusões simbólicas — ainda que estejam formalmente regularizados.

No caso brasileiro, essa realidade se expressa tanto na saída forçada de profissionais qualificados (a chamada “fuga de cérebros”) quanto no deslocamento precário de populações periféricas em busca de alternativas de sobrevivência. Ambos os grupos, embora social e economicamente distintos, partilham a sensação de desamparo institucional, a fragmentação comunitária e a insegurança subjetiva — fatores que exigem uma abordagem migratória não apenas normativa, mas cognitivamente sensível.

É nesse ponto que se insere o conceito de neuroterritorialidade, proposto neste artigo como uma contribuição teórica e jurídica original. Trata-se da ideia de que todo indivíduo carrega consigo um território cognitivo — composto por sua identidade mental, memória afetiva, linguagem simbólica e pertencimento emocional — que deve ser protegido, independentemente de sua localização geográfica. A neuroterritorialidade propõe uma expansão dos direitos humanos clássicos, incorporando as vulnerabilidades subjetivas como dimensões legítimas de tutela jurídica e política.

Dessa forma, este ensaio propõe uma articulação entre as evidências neurocientíficas, os fundamentos do direito internacional e os desafios concretos da realidade migratória brasileira, com vistas a construir um modelo de justiça cognitiva transnacional. Reconhecer a migração como um fenômeno que envolve cérebros — e não apenas corpos — em trânsito é o primeiro passo para formular políticas públicas mais éticas, eficientes e verdadeiramente humanas

2. A Fuga de Cérebros como Sinal de Neurodesigualdade

A expressão “fuga de cérebros”, cunhada no contexto das guerras mundiais e da corrida tecnológica do século XX, tornou-se uma realidade estrutural nas nações do Sul Global, especialmente no Brasil. Trata-se do êxodo voluntário ou induzido de indivíduos com alta

qualificação acadêmica ou técnica, que buscam em outros países condições mais favoráveis de trabalho, reconhecimento e qualidade de vida. No caso brasileiro, esse movimento tem se acentuado de forma progressiva, revelando não apenas um fluxo migratório seletivo, mas um colapso institucional na valorização de seu próprio capital intelectual.

A decisão de migrar por parte desses profissionais não se dá exclusivamente por estímulos econômicos. Ela é, em grande medida, motivada por sentimentos difusos de insegurança, frustração cívica e descrença sistêmica. Muitos relatam a sensação de não pertencimento e a percepção de que suas competências são subutilizadas ou desvalorizadas no contexto nacional. O ambiente de instabilidade política, cortes em ciência e tecnologia, ausência de políticas de longo prazo e desmonte de instituições de fomento à pesquisa são elementos catalisadores dessa evasão silenciosa.

Para compreender o impacto profundo desse fenômeno, propõe-se aqui o conceito de neurodesigualdade estrutural — ou seja, a existência de disparidades nas condições cognitivas que um país oferece a seus cidadãos, não apenas em termos de acesso à educação, mas também quanto à possibilidade de desenvolver plenamente suas capacidades intelectuais e criativas. Essa desigualdade se manifesta na dificuldade crônica de manter talentos e na corrosão do vínculo entre indivíduo, território e projeto de vida.

A neurociência oferece pistas importantes sobre as consequências psíquicas desse desencaixe. Ambientes marcados por incerteza prolongada e ausência de estímulos positivos constantes geram efeitos deletérios sobre regiões do cérebro responsáveis pela motivação, memória e tomada de decisão. O estresse crônico, conforme McEwen (1998), compromete o funcionamento do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, impactando diretamente o desempenho cognitivo de longo prazo. A fuga de cérebros, portanto, não é apenas uma consequência social — é também um indicador da incapacidade do Estado de oferecer um “ambiente cerebral seguro”.

Relatórios recentes da OCDE (2023) posicionam o Brasil entre os cinco países com maior perda líquida de pesquisadores e profissionais estratégicos. Entre 2018 e 2023, mais de 80 mil

brasileiros com mestrado ou doutorado emigraram, sendo os destinos principais Canadá, Alemanha e Portugal. Esse escoamento de inteligência nacional representa, além da perda de investimento público em formação, o enfraquecimento da capacidade inovadora e da soberania científica do país.

Outro dado alarmante vem do Índice Global de Talentos (INSEAD, 2024), no qual o Brasil ocupa a 72ª colocação entre 134 países em capacidade de atrair e reter talentos. Fatores como ausência de reconhecimento, precariedade das instituições de pesquisa, instabilidade jurídica e insegurança social aparecem como os principais obstáculos ao florescimento de uma cultura baseada em mérito, cooperação e inovação. A ausência de um ecossistema mental positivo e previsível fragiliza a saúde cognitiva coletiva e normaliza o desejo de partida como horizonte plausível.

Além dos impactos nacionais, a fuga de cérebros tem efeitos perversos nos países receptores, que frequentemente exploram esse capital humano sem oferecer, em contrapartida, proteção legal plena, inserção social efetiva ou segurança existencial. Muitos migrantes altamente qualificados enfrentam barreiras linguísticas, validação de diplomas morosa e discriminação velada, gerando um quadro de frustração e desgaste mental contínuo. A neurodesigualdade, portanto, não se dissipa na migração — apenas muda de forma.

É necessário, portanto, tratar a fuga de cérebros como uma violação sistêmica do direito ao desenvolvimento pleno. A Constituição Federal brasileira, ao consagrar a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado (art. 1º, III), exige a criação de condições concretas para o florescimento pessoal. Quando isso não ocorre, o migrante não abandona apenas o território físico, mas rompe com uma promessa institucional de pertencimento e realização subjetiva.

Reconhecer e enfrentar a neurodesigualdade significa pensar políticas públicas que vão além da oferta de bolsas ou incentivos fiscais. Significa, sobretudo, reconfigurar o Estado como um espaço simbólico de acolhimento cognitivo, onde mentes possam crescer, se estabilizar e projetar seus futuros. Sem isso, o Brasil seguirá perdendo suas inteligências mais potentes não apenas

para outras nações — mas para o desengajamento cívico, o esgotamento psíquico e, em última instância, o esquecimento.

3. O Luto Migratório e a Neurociência do Deslocamento

Migrar é, antes de tudo, atravessar uma perda. Quando o deslocamento não nasce de um projeto consciente, mas sim de urgência ou ruptura, ele tende a deixar marcas invisíveis que operam não apenas no corpo social, mas também na arquitetura emocional e mental do sujeito. O que se perde, nesses casos, não é apenas a terra natal — é o eixo simbólico sobre o qual se estruturavam pertencimento, expectativas e identidade.

A literatura científica tem avançado na compreensão desses efeitos, revelando que contextos de instabilidade contínua desencadeiam alterações significativas no funcionamento neurobiológico. Bruce McEwen (2000), em suas pesquisas sobre o estresse tóxico, demonstrou que situações prolongadas de imprevisibilidade e ameaça ativam o eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HPA), mecanismo responsável por regular a resposta ao estresse. Quando ativado cronicamente, esse sistema produz o que se conhece como sobrecarga alostática — um estado de exaustão fisiológica que atinge diretamente estruturas como o córtex pré-frontal, área ligada à tomada de decisão, memória de trabalho e autorregulação emocional.

Para crianças e adolescentes, esses impactos são ainda mais severos. A UNICEF (2022) identificou níveis elevados de ansiedade, regressão comportamental e dificuldades de aprendizagem entre menores em situação de migração recente. As perdas não se limitam ao ambiente escolar: atingem a formação da identidade, o senso de continuidade afetiva e a autopercepção de valor. Muitas dessas crianças enfrentam interrupções abruptas em sua trajetória social, escolar e familiar, e raramente recebem acompanhamento especializado que leve em conta tais experiências.

A ausência de escuta institucional — tanto nos países de origem quanto nos de destino — aprofunda esse quadro. A maioria dos marcos jurídicos sobre migração não contempla dispositivos de apoio emocional, nem tampouco mecanismos de avaliação psíquica sistemática

durante os processos de regularização, as entrevistas consulares ou o acolhimento inicial. O sofrimento subjetivo, por vezes intenso, permanece invisível aos sistemas administrativos, tratado como uma externalidade sem relevância jurídica.

Além do impacto sobre os sujeitos, há um efeito coletivo silencioso: o empobrecimento do vínculo entre indivíduo e Estado. Quando a migração é vivida como abandono — seja ele territorial, institucional ou emocional — instala-se uma ferida cívica que compromete o sentimento de pertencimento. Isso reverbera nos laços familiares, nas redes de confiança e até nas possibilidades de retorno.

Em contextos de separação, fragilidade econômica ou xenofobia, o luto migratório se intensifica. Ele não se limita a sentimentos de saudade: se manifesta em insônia persistente, desânimo, hiperatividade, sentimentos de inadequação e, por vezes, um mutismo afetivo que compromete vínculos. O corpo está presente, mas a subjetividade permanece suspensa — à espera de acolhimento.

Algumas experiências internacionais, como as praticadas no Canadá e na Suécia, vêm incorporando protocolos de escuta psicojurídica e acolhimento emocional nos processos migratórios. No entanto, essas iniciativas ainda são pontuais e muitas vezes restritas a programas para refugiados. Migrantes em busca de oportunidade econômica ou reagrupamento familiar continuam à margem dessas práticas inovadoras.

A ausência de um olhar interseccional, que considere fatores como faixa etária, origem étnica, gênero, contexto de saída e estrutura familiar, contribui para a reprodução de um modelo migratório excessivamente normativo, em que a regularidade documental é tratada como suficiente — quando, na verdade, representa apenas um dos aspectos da proteção.

Incorporar os conhecimentos da neurociência ao direito migratório não significa medicalizar a migração, mas reconhecer que dignidade também se constrói no cuidado com o invisível. O luto migratório é, em última instância, um alerta: ele nos lembra que, para além da mobilidade física,

há subjetividades em trânsito, e que políticas migratórias eficazes devem proteger não apenas fronteiras, mas também memórias, afetos e futuros em elaboração.

4. A Tensão entre Soberania e Direitos Humanos

A migração internacional é o epicentro de um dilema clássico do direito contemporâneo: o embate entre a autodeterminação estatal e a universalidade dos direitos humanos. Esse conflito se revela com particular nitidez quando indivíduos em deslocamento se encontram simultaneamente protegidos por normas internacionais e vulneráveis à discricionariedade administrativa dos países receptores. O desafio, portanto, não está apenas na legalidade dos controles migratórios, mas na sua legitimidade sob a ótica da dignidade humana.

A soberania, princípio estruturante do sistema de Estados modernos, é tradicionalmente interpretada como a prerrogativa de definir os termos de entrada, permanência e expulsão de estrangeiros. Essa faculdade, embora reconhecida amplamente no direito internacional, encontra seus limites em dispositivos protetivos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 13) e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (art. 12), que consagram a liberdade de circulação como um direito inerente à condição humana.

No entanto, tais garantias colidem com legislações nacionais cada vez mais restritivas. A retórica securitária, o endurecimento dos processos de regularização e o recrudescimento de práticas de deportação revelam um cenário em que a norma de hospitalidade cede espaço à lógica do confinamento seletivo. O migrante deixa de ser sujeito de direitos para se tornar objeto de políticas de contenção — um corpo que atravessa fronteiras, mas cuja subjetividade permanece suspensa entre o acolhimento formal e a exclusão simbólica.

O caso de brasileiros vivendo nos Estados Unidos ilustra essa dissonância. Apesar da presença significativa e da contribuição econômica relevante, muitos enfrentam obstáculos legais severos, risco constante de deportação e políticas pouco transparentes. Em Portugal, embora o discurso político enfatize a integração, não são raros os relatos de precarização no acesso à saúde,

moradia e justiça, além da sobreposição de exigências documentais que geram instabilidade subjetiva.

Esse descompasso normativo impõe ao direito internacional um reposicionamento. A mera evocação da soberania como justificativa para práticas excludentes não pode mais ser aceita sem o devido exame de proporcionalidade e respeito à dignidade humana. O princípio da boa-fé entre Estados, previsto na Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (1969), exige que obrigações internacionais sejam interpretadas à luz dos valores fundantes do sistema de direitos humanos — e não como concessões eventuais.

É nesse contexto que a noção de justiça migratória ganha relevo: uma proposta de reconfiguração dos marcos jurídicos migratórios que incorpore elementos de equidade cognitiva, proteção emocional e reconhecimento da vulnerabilidade subjetiva. O migrante, especialmente em situação de desamparo afetivo ou instabilidade psíquica, deve ser tratado como titular de direitos plenos, cuja proteção não se restringe à regularidade documental, mas alcança também sua integridade neuroemocional.

Reconhecer essa condição implica desenvolver dispositivos normativos e administrativos que incorporem critérios humanos na análise de pedidos migratórios, assegurem acompanhamento psicossocial nos consulados e promovam políticas de acolhimento éticas, transparentes e restaurativas. Isso não significa anular a soberania, mas humanizá-la — inserindo-a em um paradigma compatível com os desafios de um mundo interconectado e com as demandas de um direito comprometido com a centralidade da pessoa.

Ao incorporar essas premissas, o Estado se reposiciona não apenas como agente regulador, mas como garantidor de proteção transnacional. A tensão entre soberania e direitos humanos não desaparece, mas encontra novos contornos: em vez de muros, constrói-se responsabilidade compartilhada; em vez de exceções, projeta-se justiça sensível às realidades cognitivas de quem cruza fronteiras levando consigo não apenas documentos, mas memórias, feridas e a esperança de recomeçar.

5. Neuroterritorialidade: Uma Proposta de Justiça Cognitiva Transnacional

Diante dos limites evidentes das políticas migratórias tradicionais em proteger os aspectos emocionais e mentais dos indivíduos em trânsito, propõe-se aqui o conceito de *neuroterritorialidade* como eixo normativo inovador. Trata-se da ideia de que cada sujeito carrega consigo um território cognitivo próprio — composto por memória, linguagem, afetos, crenças e estrutura emocional — que deve ser reconhecido e protegido independentemente do espaço geográfico que ocupa. A proteção da pessoa migrante, portanto, não deve se restringir ao corpo físico ou aos documentos que carrega, mas estender-se ao seu aparato simbólico e neuroafetivo.

A neuroterritorialidade parte do reconhecimento de que a mente humana é, ao mesmo tempo, a casa da identidade e o campo mais vulnerável à migração forçada, abrupta ou desorganizada. O deslocamento de um indivíduo entre territórios não anula sua necessidade de continuidade subjetiva. A ruptura abrupta de redes de referência, idioma, rituais, vínculos afetivos e horizontes simbólicos provoca uma espécie de desterritorialização interna, com efeitos muitas vezes silenciosos sobre sua saúde mental e sua capacidade de integração social.

Esse conceito dialoga com os fundamentos emergentes dos *neurorights*, já reconhecidos em algumas iniciativas legislativas, como a reforma constitucional chilena de 2021 e os debates promovidos pela UNESCO e pela OCDE. Se o direito à identidade mental, à privacidade neural e à integridade cognitiva começa a ser reconhecido em contextos de avanço neurotecnológico, é preciso também assegurar esses mesmos princípios em cenários de deslocamento humano. Afinal, migrar também é expor a mente a riscos de apagamento, sobreposição cultural e reconfiguração forçada.

No plano jurídico, a neuroterritorialidade propõe um novo parâmetro de dignidade: não apenas viver com segurança física, mas preservar a coerência subjetiva em contextos de transição. Isso exige que o direito migratório passe a considerar aspectos como trauma, sobrecarga emocional, fragmentação identitária e risco de desintegração psíquica como elementos legítimos no

julgamento de pedidos migratórios, processos de reintegração ou estruturação de políticas de acolhimento.

Do ponto de vista institucional, a neuroterritorialidade poderia se materializar em práticas como a criação de centros consulares de escuta emocional, protocolos de triagem psicojurídica para novos imigrantes, garantia de atendimento psicológico nas etapas iniciais de regularização, além de campanhas públicas que promovam pertencimento, validação subjetiva e identidade expandida. Esses dispositivos não substituem os mecanismos legais clássicos, mas os complementam a partir de um horizonte mais humanizador.

Importa ressaltar que a proposta de neuroterritorialidade não relativiza a soberania, mas a reconcilia com os fundamentos éticos que a justificam. Um Estado não se engrandece pelo número de fronteiras que impõe, mas pela forma como cuida de quem atravessa essas fronteiras. Ao proteger a integridade cognitiva do migrante, o Estado afirma sua vocação democrática e sua adesão concreta ao princípio da dignidade da pessoa humana — aqui compreendida em sua dimensão integral: física, jurídica, cultural e mental.

Do ponto de vista do direito internacional, a inserção da neuroterritorialidade como princípio interpretativo pode contribuir para requalificar obrigações positivas dos Estados em relação à proteção dos migrantes. Embora ainda não tipificada em tratados, a noção dialoga com cláusulas abertas já reconhecidas, como o direito à integridade (art. 5º, CADH), a proibição de tratamentos degradantes (art. 3º, CEDH) e os princípios de não discriminação e inclusão (art. 14, Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais).

A adoção desse referencial também se mostra estratégica para a construção de políticas migratórias mais sustentáveis. Um migrante cognitivamente protegido tende a apresentar maior resiliência, capacidade de integração, desempenho acadêmico e social equilibrado — indicadores que interessam tanto às sociedades de acolhida quanto ao próprio migrante, que pode preservar sua dignidade e reescrever sua história sem abrir mão de si mesmo.

Por fim, a neuroterritorialidade convida o direito a um salto hermenêutico: deixar de proteger apenas o indivíduo físico em movimento e voltar-se para as camadas mais profundas da condição humana em trânsito. Trata-se de um convite à escuta, à empatia institucional e à construção de uma justiça que transcenda o visível. Em tempos de intensificação das migrações globais, proteger a mente pode ser o caminho mais eficaz — e urgente — para reconstruir a ideia de humanidade.

6. Diretrizes Estruturais para uma Política Migratória Cognitivamente Ética

O compromisso do Estado com os direitos fundamentais exige, na seara migratória, um redimensionamento dos instrumentos normativos à luz de uma compreensão ampliada da dignidade humana. A migração contemporânea não se limita à mudança de domicílio ou nacionalidade: ela envolve rupturas subjetivas, desafios identitários e vulnerabilidades cognitivas que, se ignoradas, comprometem a própria efetividade dos direitos constitucionais. Diante disso, torna-se imperioso estruturar um modelo de política migratória que seja não apenas eficiente em termos administrativos, mas também justa sob o ponto de vista ético e jurídico.

O ponto de partida reside na incorporação da noção de dignidade cognitiva ao núcleo essencial dos direitos do migrante. Inspirado no princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF/88) e no direito à saúde integral (art. 6º, caput), o conceito impõe ao Estado o dever de formular políticas públicas que reconheçam a pessoa em trânsito como sujeito biopsicossocial. A sua condição migratória não suspende direitos — ao contrário, amplia a necessidade de proteção, tendo em vista o risco acentuado de violação emocional, simbólica e institucional.

Nesse sentido, a primeira diretriz estrutural consiste na implementação de um Sistema Nacional de Monitoramento de Fluxos Migratórios com Foco em Risco Psicossocial, inspirado no modelo de vigilância sanitária e epidemiológica. Esse sistema deve integrar dados georreferenciados, indicadores de evasão regional, índices de vulnerabilidade social e marcadores subjetivos (como violência doméstica, ausência de rede comunitária, desemprego crônico e evasão escolar).

Trata-se de reconhecer que a decisão de migrar, muitas vezes, é fruto de um colapso silencioso do Estado de Bem-Estar e da falência das garantias básicas de cidadania.

A segunda medida diz respeito à criação de uma Política Nacional de Retenção e Revalorização Cognitiva, articulada entre Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde e das Relações Exteriores. O objetivo é fomentar um ambiente de pertencimento simbólico, segurança jurídica e reconhecimento social voltado especialmente aos jovens talentos ameaçados pelo desengajamento institucional. Essa política pode envolver bolsas de pesquisa, mentorias jurídicas e mecanismos de escuta institucional como o “Pacto de Permanência Cidadã”, em que o Estado assume o dever de manter vínculos afetivos e institucionais com suas comunidades em risco de evasão.

O terceiro eixo, de enfoque extraterritorial, propõe a estruturação de Centros Consulares de Proteção Cognitiva. Tais centros operariam nos moldes de uma defensoria pública transnacional, prestando assistência jurídica, orientação psicológica e monitoramento contínuo do bem-estar subjetivo do migrante. Essas unidades funcionariam como “zonas de neuroacolhimento”, atuando preventivamente na mediação de conflitos, no enfrentamento da xenofobia institucionalizada e na efetivação dos direitos garantidos em tratados internacionais ratificados pelo Brasil, como a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e de Seus Familiares (1990).

Como quarta diretriz, destaca-se a urgência da inclusão do diagnóstico neuroafetivo como etapa obrigatória nos procedimentos de regularização migratória, concessão de refúgio, residência ou retorno assistido. Assim como a saúde física é aferida em exames de entrada em determinados territórios, o estado emocional deve ser mapeado, respeitando a privacidade e os limites éticos da intervenção. Tal medida garantiria não só uma proteção mais integral da pessoa migrante, como permitiria às autoridades acolhedoras atuar com maior prudência, proporcionalidade e empatia na definição de suas decisões administrativas.

Paralelamente, torna-se necessário revisar o conteúdo normativo da Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração), para que os princípios da proteção integral, da dignidade subjetiva e do acolhimento psicojurídico passem a integrar seu preâmbulo e seus dispositivos operacionais. Tal reforma legislativa reforçaria a jurisprudência constitucional que vincula o Estado brasileiro às obrigações de promoção da saúde mental e da inclusão simbólica em todas as fases da política migratória, inclusive nas ações consulares, de deportação, de acolhimento provisório e de reintegração.

No plano federativo, os entes subnacionais também devem ser mobilizados. Municípios e estados com altos índices de retorno de brasileiros deportados ou em situação de exílio afetivo devem participar da formulação de um Plano Nacional de Reintegração Cívica, com ênfase em programas de escuta qualificada, incentivo à reinserção profissional e valorização da memória migrante como patrimônio social coletivo. O retorno não pode ser vivido como fracasso, mas sim como reconstrução legítima da identidade cidadã.

A quinta diretriz estrutura-se na criação de mecanismos jurídicos de judicialização proativa dos direitos neurocognitivos dos migrantes. Isso inclui a legitimação das defensorias públicas, dos conselhos de direitos e de instituições de pesquisa como autores de ações civis públicas voltadas à responsabilização do Estado por violações decorrentes de omissões afetivas ou simbólicas. O migrante não pode continuar sendo titular de direitos abstratos em um ordenamento que apenas operacionaliza sanções, deportações ou protocolos procedimentais.

Por fim, um modelo de política migratória cognitivamente ética pressupõe um giro epistemológico: é preciso deixar de tratar a migração como um “problema populacional” e reconhecê-la como um campo de atuação sensível do Estado Constitucional Contemporâneo. As fronteiras de um país não se limitam aos marcos geográficos, mas se estendem à forma como cada nação cuida — ou negligência — as consciências que a atravessam. O Brasil, ao assumir essa agenda com coragem e inovação, tem a oportunidade de liderar um novo paradigma internacional de proteção dos sujeitos em movimento: uma política baseada não no controle, mas no acolhimento jurídico da mente em deslocamento.

Conclusão

A experiência migratória, tal como analisada neste ensaio, não se restringe à travessia física de fronteiras. Ela mobiliza dimensões estruturais do direito, desafia categorias tradicionais da dogmática jurídica e desestabiliza, ainda que silenciosamente, os arranjos institucionais que deveriam garantir amparo ao sujeito em deslocamento. Quando a migração é vivida como rompimento subjetivo, e não como projeto deliberado de mobilidade, o ordenamento jurídico se vê convocado a revisar seus próprios limites e premissas.

O conceito de *neuroterritorialidade*, aqui proposto, surge exatamente nesse ponto de inflexão: como tentativa de conferir centralidade à integridade cognitiva e emocional da pessoa migrante no desenho das políticas públicas. Longe de substituir o aparato normativo vigente, essa proposta pretende suplementá-lo com uma perspectiva humanizadora e, sobretudo, constitucionalmente comprometida com o princípio da dignidade. Porque proteger a mente que migra é, hoje, uma tarefa tão urgente quanto regular a circulação de corpos ou documentos.

As diretrizes indicadas — que vão da reformulação consular à inclusão de avaliações neuroafetivas nos processos administrativos — visam instrumentalizar essa abordagem. Não se trata de idealismo normativo, mas de uma resposta pragmática a fenômenos que já afetam diretamente a coesão social, a soberania simbólica e a eficácia dos próprios tratados internacionais subscritos pelo Brasil. A fuga de cérebros, os retornos frustrados, a descontinuidade identitária e o exílio emocional dos migrantes brasileiros são todos sintomas de um sistema jurídico que ainda pensa a mobilidade sem escutar quem se move.

O direito internacional, mesmo em constante expansão, ainda conserva lacunas quando se trata de reconhecer e tutelar estados subjetivos complexos — como o luto migratório, o trauma silencioso ou a erosão do pertencimento. Por isso, é fundamental que os operadores do direito, especialmente aqueles inseridos em contextos transnacionais, incorporem à sua prática uma escuta ampliada e um compromisso efetivo com a proteção de dimensões não visíveis da experiência humana.

Que este ensaio possa contribuir para o adensamento desse debate, oferecendo fundamentos teóricos e propostas operacionais que tornem o direito migratório mais poroso à escuta e mais fiel à sua vocação ética. É nesse gesto — de reconhecer o outro em trânsito como sujeito de complexidade, não de simplificação — que reside a possibilidade de um direito verdadeiramente internacional, no sentido substantivo da palavra.

Ao fim, permanece o desafio: como produzir normas que protejam não apenas quem atravessa fronteiras, mas também aquilo que os acompanha — memórias, vínculos, traumas e esperanças? Enquanto não acolhermos essas dimensões como juridicamente relevantes, continuaremos a produzir políticas eficazes no controle e ineficazes na proteção. Entre o controle da mobilidade e o cuidado com quem migra, o direito precisa, urgentemente, reencontrar seu ponto de equilíbrio.